



Censo Escolar 2017

Por: José Almendra
Articulista do IQE
Relações Institucionais

No último dia 31/01/2018 foram divulgados, pelo MEC (Ministério da Educação), os dados globais referentes ao Censo Escolar 2017. Esse levantamento, realizado anualmente, é de fundamental importância para a formulação e implantação das políticas educacionais, dada a multiplicidade de informações fornecidas pelo Censo. Analisando-se os dados publicados, podemos vislumbrar conclusões quantitativas e qualitativas, à luz do número de matrículas nas escolas públicas e particulares, segregadas pelas etapas de ensino componentes da Educação Básica (Creche, Pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio).

O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área. É coordenado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão vinculado ao Ministério da Educação, e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se de uma ferramenta indispensável para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas e, com isso, acompanhar a efetividade das políticas públicas.

Ademais, o número de matrículas compõe os cálculos para o repasse de recursos e execução de programas e políticas públicas na área da educação, como a distribuição de livros (PNLD - Programa Nacional do Livro Didático), o transporte escolar, a instalação de bibliotecas e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, principal fonte financiadora da educação brasileira).

Cabe aqui discorrer sobre um aspecto importante presente nos ciclos anuais do Censo Escolar. Entre os meses de maio a novembro, de cada ano, ocorre a apuração das matrículas junto às redes públicas de ensino. O resultado dessa coleta subsidia o cálculo do FUNDEB, como dito anteriormente, expresso por meio de um valor padrão intitulado “investimento aluno-ano”. Os valores são definidos por unidade federativa, bem como pela respectiva etapa de ensino. O cálculo do valor (aluno-ano) a ser repassado aos entes federativos é publicado no mês de dezembro, com vigência estipulada para o ano subsequente, e segue lógica estabelecida na Lei 11494/2007. Com base na realização tempestiva desse “modus operandi”, os recursos do FUNDEB são direcionados aos estados e municípios ao longo do ano e suportam os investimentos relativos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em um segundo momento, entre os meses de janeiro a abril, o INEP processa os dados recebidos das unidades escolares referentes a rendimento, ou seja, taxas de aprovação, reprovação e evasão. Ao final desse processo, com as taxas de aprovação consolidadas para as redes públicas municipais e estaduais, podemos ter uma noção clara sobre o fluxo de rendimento nas escolas. Essa informação, conjugada com a nota obtida na Prova Brasil, fornecerá o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal indicador de qualidade da educação no Brasil. Como IDEB = média da taxa de aprovação x proficiência na Prova Brasil, fica fácil visualizar a importância que o Censo Escolar exerce no cálculo do IDEB.

Portanto, percebam que os dois períodos mencionados do Censo Escolar seguem lógicas próprias. No caso do primeiro período, entre maio e novembro, o resultado da apuração das matrículas subsidia o cálculo do FUNDEB, bem como outros instrumentos de políticas educacionais. No segundo período, obedecendo ao rito do ano letivo, as taxas de rendimento são apuradas entre janeiro e abril, fornecendo, dessa forma, um dos fatores necessários ao cálculo do IDEB - a taxa de aprovação.

A tabela abaixo mostra um quadro-resumo comparativo dos dois últimos censos realizados pelo INEP (2017 x 2016), relativa ao total das matrículas no Brasil, subdivididas entre público e privado:

Milhões de matrículas	Censo 2016				Censo 2017			
	Público	Privado	Total	% Privado	Público	Privado	Total	% Privado
Creche	2,08	1,15	3,23	35,6%	2,21	1,20	3,41	35,2%
Pré-escola	3,81	1,22	5,03	24,3%	3,87	1,23	5,10	24,1%
EF1	12,50	2,80	15,30	18,3%	12,12	3,18	15,30	20,8%
EF2	10,40	1,80	12,20	14,8%	9,95	2,05	12,00	17,1%
EM	7,10	1,00	8,10	12,3%	6,68	1,22	7,90	15,4%
Total	35,89	7,97	43,86	18,2%	34,83	8,88	43,71	20,3%

Legenda: EF1 - Anos iniciais do Ensino Fundamental; EF2 - Anos finais do Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; % Privado - Participação das matrículas privadas no total das matrículas.

Algumas observações podem ser comentadas a partir do quadro acima. Não existem grandes variações no número de matrículas, considerando os segmentos de ensino listados. Isso pode ser decorrente de alguns fatores como o “envelhecimento” da nossa composição populacional. Paralelamente, a redução do número de matrículas em escolas públicas (EF1, EF2 e EM) foi em parte captada pelas escolas privadas. No caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental verifica-se perfeitamente esse movimento, ou seja, a diminuição de matrículas nas escolas públicas foi totalmente absorvida pelas escolas privadas.

Não obstante, o descompasso entre o total de matrículas nos últimos segmentos do Ensino Básico (Ensino Fundamental e Ensino Médio) evidencia um cenário mais do que desafiador, para não dizer preocupante. Em 2017, nas escolas públicas, 12,12 milhões de alunos estavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contra 9,95 milhões nos anos finais e, por fim, 6,68 milhões de alunos no Ensino Médio. Em um fluxo minimamente normal (com raras exceções), deveríamos ter um número similar de alunos entre os ciclos de ensino citados. Há muitos outros dados a serem analisados. Pretendo fazê-lo nos artigos vindouros. Até março de 2018 o INEP divulgará os dados estratificados por estado e por município, abrangendo rede pública e privada de ensino. Isso nos dará um arsenal muito maior de informações a serem destrinchadas, contribuindo para o enriquecimento da análise.